



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Chefes de Gabinete, à exceção do da PGR  
Secretário-Geral da PGR  
Diretores Regionais e equiparados  
Inspetores Regionais

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência  
Circular/DROAP/2019/23

Data  
2019-07-10

**ASSUNTO: MOTIVOS JUSTIFICATIVOS DO NÃO INÍCIO OU DA SUSPENSÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS**

Considerando as dúvidas suscitadas por vários serviços e organismos da administração regional sobre o assunto supra identificado e em ordem a garantir uma desejável uniformização de procedimentos na interpretação e aplicação da lei na administração pública regional, obtida a homologação do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, esclareço o seguinte:

Relativamente aos trabalhadores da administração pública regional abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20-06, na redação atual, passa a admitir-se, como motivos justificativos do não início ou da suspensão do período de férias, as faltas motivadas por falecimento do cônjuge, parentes ou afins, bem como as faltas motivadas pela prestação de assistência inadiável e imprescindível a filho, a neto ou a membro do agregado familiar do trabalhador, previstas, respetivamente, nas alíneas b) e e) do nº 2 do artigo 134º da LTFP.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos